



Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria Estadual do Meio Ambiente  
Polícia Militar Ambiental

## Tráfico de Animais da Fauna Silvestre Nacional



*Araponga fêmea  
apreendida no  
tráfico*

Dados Estatísticos e  
Estratégias Operacionais  
2001 - 2005

**SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE  
POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL**

**O TRÁFICO DE ANIMAIS DA FAUNA SILVESTRE NACIONAL**

**DADOS ESTATÍSTICOS E ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS  
2001/2005**

**APRESENTAÇÃO**

O presente relatório, inédito no âmbito do Governo do Estado de São Paulo, foi produzido pela Polícia Militar Ambiental, Órgão da Polícia Militar vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com base nos seus dados estatísticos - operacionais no período de 2001 a 2005, constituindo-se na realidade constatada pelos mais de 2.000(dois mil) Policiais Militares especialmente preparados que trabalharam na fiscalização ambiental, diuturnamente, no último quinquênio.

Tem por objetivo servir de base científica para a adoção de políticas públicas para o combate ao tráfico de animais no Estado de São Paulo e também prestar contas à comunidade paulista dos serviços de proteção à fauna silvestre nacional, disponibilizados pela Polícia Militar por intermédio do Comando de Policiamento Ambiental.

Espera, pois, o Governo do Estado de São Paulo, estar cumprindo o disposto na Constituição Federal de 1988 que no seu art. 225 determina que: "compete ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade".

Quartel em São Paulo, 18 de julho de 2006.

José Guerra Júnior  
Coronel PM - Comandante



*Arara-azul*

#### ASPECTOS LEGAIS - O CRIME E AS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Não há, juridicamente, um crime nas normas ambientais penais, intitulado tráfico de animais. Na verdade, o tráfico de animais é um conjunto de ações que, cada uma, por si só, constitui crime.

A previsão dos tipos penais ambientais para as condutas consideradas crimes contra a fauna está no art. 29 da Lei Federal n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, assim descritas:

*Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:*

*Pena - detenção de 6(seis) meses a 1(um) ano de detenção, e multa.*

*§ 1º Incorre nas mesmas penas:*

*I - quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida;*

*II - quem modifica, danifica, destrói ninho, abrigo ou criadouro natural;*

*III - quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.*



Gato-maracajá

Normalmente a expressão “tráfico de animais” está associada ou ao transporte ou a manutenção em cativeiro, sendo ambas ilegais. Ilegais porque ou tais espécimes não têm origem legal ou o transporte não está autorizado, ou simplesmente porque, o que é mais comum, há as duas situações, tanto a origem como o transporte não estão autorizados pela autoridade competente.

## Tráfico de Animais da Fauna Silvestre Nacional

### Dados Estatísticos e Estratégias Operacionais 2001 - 2005

Também se associam a estas condutas os chamados maus-tratos contra os animais, eis que os animais são transportados de forma velada, para não atrair a atenção dos agentes fiscalizadores. Em decorrência disso, o transporte é feito em locais inadequados, escondidos, por exemplo, em caixas de leite, do tipo longa-vida, com pequenos orifícios para garantir um mínimo de oxigênio necessário à sobrevivência. Essa é uma das várias modalidades de transporte ilegal que vêm ocorrendo no Estado de São Paulo. Os maus-tratos têm previsão no art. 32 da Lei Federal n.º 9.605/98, que assim descreve:

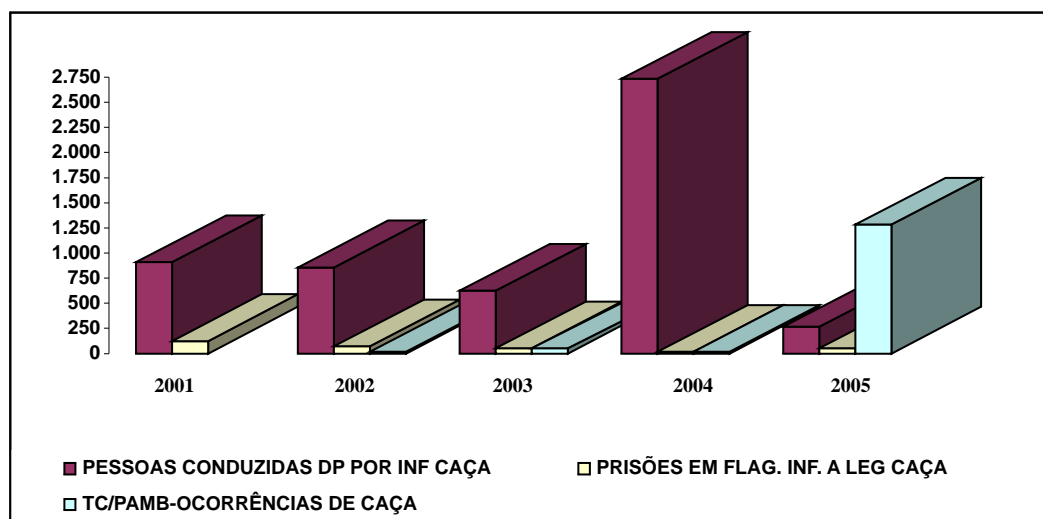
*Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:*

*Pena - detenção de 3(três) meses a 1(um) ano, e multa.*

Caninana

Em razão das penas previstas para os crimes contra a fauna serem, de regra, inferiores a 02 (dois) anos de detenção, aqueles que forem flagrados cometendo tais crimes deverão se submeter aos procedimentos descritos na Lei Federal 9.099, de 26 de setembro de 1995, Lei que trata dos Juizados Especiais. Significa que não há mais a inafiançabilidade dos crimes contra a fauna silvestre e que é muito provável que um sujeito, nessa situação, possa, em tese, se beneficiar da transação penal e da suspensão condicional do processo, benefícios jurídicos para quem comete crimes considerados de menor potencial ofensivo, que é o caso do crime contra a fauna silvestre.

Quadro: Pessoas conduzidas/Termos Circunstanciados/Flagrantes



Comentários: O quadro demonstra uma redução de flagrantes e conduções aos Distritos Policiais entre os anos de 2001 e 2003. Em 2004 houve um aumento significativo e, no ano seguinte, uma nova redução. Em especial, nesse ano de 2004, percebeu-se que haviam mais pessoas envolvidas por ocorrência, o que ensejou, inclusive, enquadramentos penais de tráfico de animais associados à formação de bando ou quadrilha. Por outro lado se verificou em 2005 um aumento de lavraturas de Termos Circunstanciados e conseqüente quantidades de condução aos Distritos e flagrantes tendendo a zero. Essa variação decorreu da implantação do Termo Circunstanciado na Polícia Militar Ambiental em 2002, com base na Lei Federal 9.099, de 1995. Tal Lei permitiu aos Policiais deixarem de conduzir em flagrante o infrator ambiental, desde que haja um compromisso de comparecimento diretamente aos Fóruns. A implantação da lavratura dos Termos Circunstanciados ocorreu em fases no Estado, justificando-se assim as curvas de variações no quadro.

Aquele que comete crimes contra a fauna silvestre nacional também está sujeito à imposição de sanções administrativas, ou seja, multas. Estas estão previstas no âmbito federal pelo Decreto n.º 3.179, de 21 de setembro de 1999. No Estado de São Paulo tal Decreto está regulamentado pela Resolução SMA 37, de 09 de dezembro de 2005, que assim prevê:

*ARTIGO 16 - Matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.*

*Parágrafo Único Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as penalidades previstas nos incisos II e IV do artigo 5º, desta Resolução.*

*ARTIGO 17 - Impedir a procriação da fauna, sem licença, autorização ou em desacordo com a obtida.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as penalidades previstas nos incisos II, III, IV, IX, e XI, do artigo 5º, desta Resolução.*



Bigodinho

*ARTIGO 18 - Modificar, danificar ou destruir ninho, abrigo ou criadouro natural.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as penalidades previstas nos incisos II, III, IV, VII, IX, e XI do artigo 5º, desta Resolução.*

*ARTIGO 19 - Vender, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente.*

*Parágrafo 1º - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as penalidades previstas nos incisos I, II, IV, V, VI, IX, XI do artigo 5º, desta Resolução.*

*Parágrafo 2º - No caso de guarda doméstica de espécime silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode a autoridade competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a multa, nos termos do § 2º do art. 29 da Lei n.º 9.605, de 1998.*

*Parágrafo 3º - No caso de guarda de espécime silvestre, deve a autoridade competente deixar de aplicar as sanções previstas neste Decreto, quando o agente espontaneamente entregar os animais ao órgão ambiental competente.*

*Parágrafo 4º - São espécimes da fauna silvestre todos aqueles pertencentes às espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro ou em águas jurisdicionais brasileiras.*

*ARTIGO 20 - Introduzir espécime animal no País, por meio do território paulista, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade competente.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas nos incisos I, II, IV, X e XI, do artigo 5º, desta Resolução.*



Macaco-prego



*ARTIGO 21 - Exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, sem autorização da autoridade competente.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas nos incisos I, II, IV, V, IX, X e XI, do artigo 5º, desta Resolução.*

*ARTIGO 22 - Coletar material zoológico para fins científicos sem licença especial expedida pela autoridade competente.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas nos incisos I, II, IV, V, IX, X e XI, do artigo 5º, desta Resolução.*

*ARTIGO 23 - Utilizar, para fins comerciais ou esportivos, a licença especial a que se refere o artigo anterior.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas nos incisos II, IV, V, IX, X e XI, do artigo 5º, desta Resolução.*

*ARTIGO 24 - Deixar, a instituição científica, oficial ou oficializada, de dar ciência ao órgão público federal competente, das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas nos incisos I, II e X do artigo 5º, desta Resolução.*

*Coral-verdadeira*

*ARTIGO 25 - Praticar caça profissional.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas nos incisos II, IV, V, X e XI, do artigo 5º, desta Resolução.*

*ARTIGO 26 - Comercializar produtos e objetos que impliquem a caça, perseguição, destruição ou apanha de espécimes da fauna silvestre.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas nos incisos II, IV, V, X e XI, do artigo 5º, desta Resolução.*

*ARTIGO 27 - Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas nos incisos II, III, IV, IX, X e XI, do artigo 5º, desta Resolução.*

*ARTIGO 28 - Realizar experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.*

*Parágrafo Único - Aplicam-se, isolada ou cumulativamente, as sanções previstas nos incisos II, III, IV, IX, X e XI, do artigo 5º, desta Resolução.*

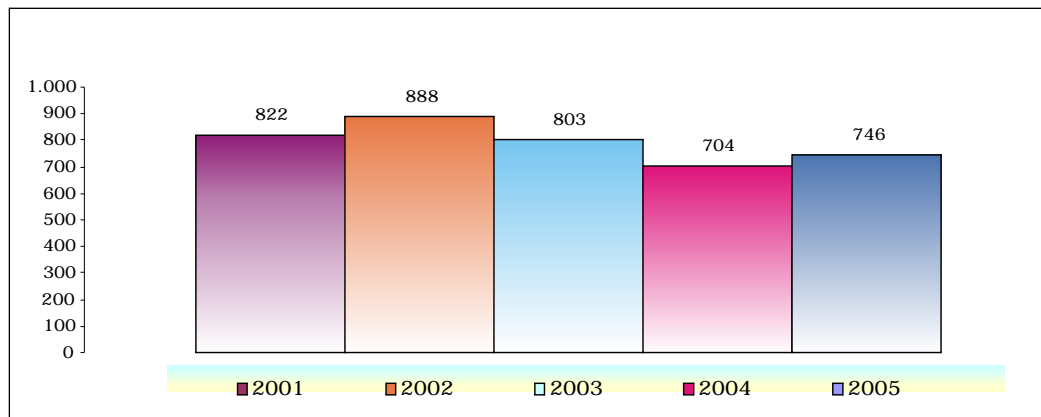
As sanções administrativas descritas no art. 5º da Resolução SMA 37/2005 são as seguintes: advertência, multa simples de, no mínimo, 10 UFESPs e, no máximo, 10.000 UFESPs, multa em dobro ou em triplo em razão de reincidência, apreensão dos animais e demais objetos e produtos etc.



Arara-canindé



Quadro: Multas Lavradas

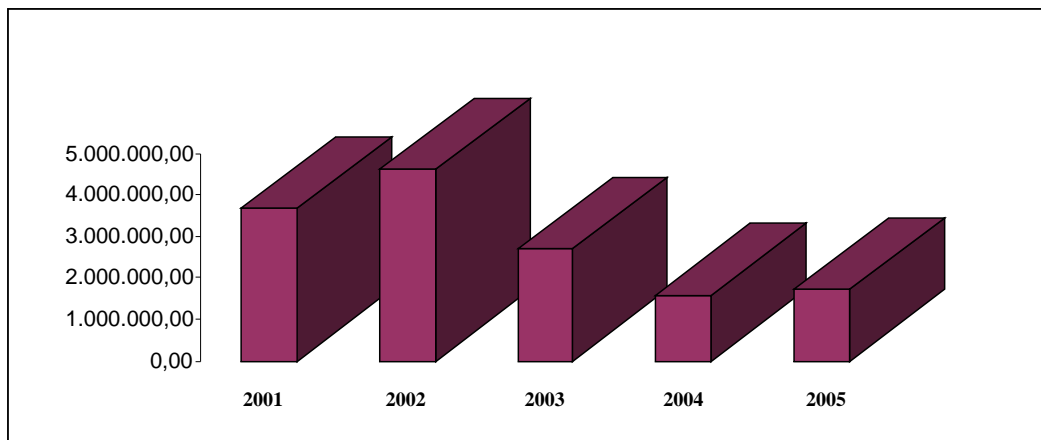


Comentários: O quadro mostra tendência constante no número de autuações, pese o quadro anterior apontar aumento e redução do número de pessoas conduzidas ou Termos Circunstanciados lavrados. Essa constância se deve ao fato de que há ocorrências em que apesar de haver muitos envolvidos nem todos são efetivamente multados, apenas os responsáveis diretos pelo fato infracional. Verifica-se, mais adiante, que os números de autos lavrados são constantes, mas a quantidade de animais apreendidos por ocorrência aumentou significativamente no ano de 2005.

Bugio



Quadro: Valores Totais em Reais - Aplicados em Multas



Comentários: O gráfico acima mostra tendência de queda nos valores totais em reais aplicados nas infrações contra a fauna silvestre. Isso se deve ao fato de alteração da jurisprudência das Comissões de Julgamento de Autos de Infração, no que concerne aos atos de caça. Quase todos os infratores eram autuados com base na modalidade profissional, que possuía valores maiores. Hoje se diferencia os atos de caça na modalidade profissional dos atos de caça na modalidade amadora, enquadrando-se, nesta última, a maior parte das ocorrências atuais.

Há tendência de redução dos valores arbitrados de multa em razão da edição da Resolução SMA 37/05, eis que ela condiciona, antes do arbitramento de multa simples (imposição de multa pecuniária), a pena de advertência, que não possui valor para fins pecuniários.



Falsa-coral

#### ESFORÇO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conforme o art. 24 da Constituição Federal, em seu inc. VI:

*“Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”.*

Carcará

Assim o Estado de São Paulo, no exercício de sua competência concorrente para legislar sobre fauna silvestre, editou:

Inicialmente o marco legislativo, Decreto Estadual n.º 42.838, de 04 de fevereiro de 1998, cuja finalidade foi estabelecer a lista de espécies da fauna silvestre ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo. Tal listagem tem diversas repercussões no mundo jurídico e uma delas é a imposição de eventual pena majorada ao réu, isso no caso do animal silvestre, objeto do crime, estar listado como ameaçado de extinção. Da mesma forma ocorrerá no caso da necessidade de imposição de sanções administrativas, pois, quanto maior o nível de ameaçabilidade do espécime maior será a multa pecuniária a ser aplicada.

Em 2005 foi editada a Lei Estadual n.º 11.977 que, especificamente sobre fauna silvestre, remete à legislação federal os aspectos ligados aos licenciamentos de criadouros comerciais, científicos e conservacionistas, além de zoológicos, entre outros.

Também em 2005 foi implementado pela Secretaria do Meio Ambiente o Grupo Gestor do Programa de Proteção à Fauna Silvestre do Estado de São Paulo - GPFS, cuja atribuição é propor diretrizes à Pasta, com a finalidade específica de conservar a fauna silvestre endêmica ao Estado de São Paulo. Compõem esse Grupo representantes da Fundação Zoológico, da Fundação Florestal, do Instituto Florestal da Coordenadoria de Licenciamento e Proteção dos Recursos Naturais, da Polícia Militar Ambiental, além de outras instituições que poderão ser convidadas para prestar colaborações.

Finalmente, há a Resolução SMA 37/05, editada com a finalidade de compatibilizar a aplicação de sanções administrativas pelos órgãos de

fiscalização ambiental integrantes do SEAQUA (Sistema de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais), com as infrações administrativas ambientais previstas no Decreto Federal 3.179/99.

Uma importante alteração realizada pela Resolução SMA 37/05 foi o aumento significativo dos valores de multas administrativas a serem impostas às infrações contra a fauna silvestre.



*Cachorro-do-mato*

#### COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAR

Diante do arcabouço jurídico construído no Estado de São Paulo, em sintonia com a legislação federal vigente, há pelo menos dois Órgãos que exercem a fiscalização das atividades que envolvem a fauna silvestre, um Órgão possui atribuição direta de controle e fiscalização, que é o IBAMA e o outro, Polícia Militar Ambiental, exerce a fiscalização em virtude, primeira e principalmente, de competência constitucional (Artigo 195, parágrafo único, da Constituição Estadual) e por ser integrante do SEAQUA.

O IBAMA é o Órgão Executor do Sistema Nacional do Meio Ambiente, cuja atribuição é executar e fazer executar, como órgão federal a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente. Como é o IBAMA, Órgão da União, quem licencia todos os zoológicos e criadouros (científicos, comerciais e conservacionistas) no País, é natural que ele seja o principal responsável pelo controle, fiscalização e combate ao tráfico de animais da fauna silvestre nacional.

A Polícia Militar Ambiental, Órgão da Polícia Militar, com as atribuições ambientais dadas pela Constituição Paulista e demais normas estaduais é a responsável, sem prejuízo dos demais Órgãos, pela fiscalização e repressão às infrações ao meio ambiente, fazendo-o em nome da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, em razão do que estabelece a Resolução Conjunta SSP/SMA003/1997.

A fiscalização exercida pela Polícia Militar Ambiental nos zoológicos e criadouros em geral não objetiva observar minúcias das licenças expedidas pelo IBAMA, pois estas são de atribuição, como dito, do IBAMA, porém a inexistência de licença poderá configurar crime contra a fauna silvestre, previsto na Lei de Crimes Ambientais. É desta forma que a Polícia Militar Ambiental exerce sua atividade fiscalizatória no Estado de São Paulo, ou seja, verificando a existência ou não de licença expedida pelo IBAMA. Caso inexistir haverá incidência do crime e ensejará a adoção das providências de polícia previstas nas normas penais e administrativas.



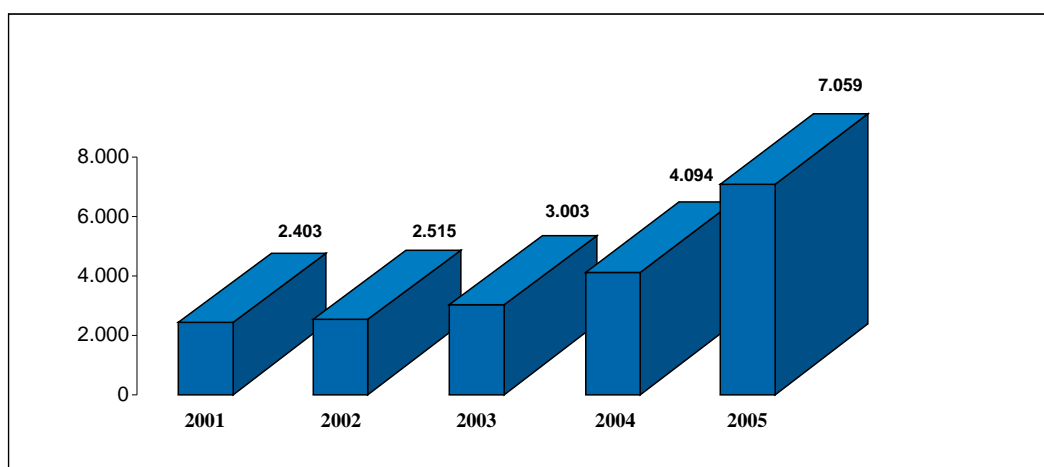
*Jararaca-pintada*

#### ESTRATÉGIAS OPERACIONAIS

A Polícia Militar Ambiental está capilarizada em todo o Estado de São Paulo, distribuída em 117 bases, o que permite constantes ações de fiscalização, dentre as quais se destacam:

- Esforço preventivo:

Quadro: Ostensividade



Comentários: A Polícia Militar Ambiental com o fim de evitar ou reduzir delitos e infrações ambientais vem aumentando, dia-a-dia, seu esforço preventivo, no sentido de se fazer mais presente na sociedade paulista. Acredita que a ostensividade gerada pelas constantes fiscalizações seja um fator inibitório de infrações ambientais.

Uma forma de medir o aumento da ostensividade como estratégia de prevenção e combate ao tráfico de animais silvestres é o registro dos Boletins de Ocorrências. Cada atendimento de Policiais Militares Ambientais às ocorrências ambientais é registrado em um Boletim de Ocorrência interno da Polícia Militar Ambiental, resultando ou não em autuação administrativa e/ou penal.

O gráfico acima representa o número de registros das fiscalizações (esforço preventivo) executadas pelo Policiamento Ambiental (BOPAmb-fauna) nos últimos cinco anos. Nele se observa que o esforço preventivo da Instituição no período quase triplicou, pois no ano de 2001 foram lavrados 2.403 Boletins de Ocorrências de Fauna e no ano de 2005 foram lavrados 7.059 BOs de fauna.

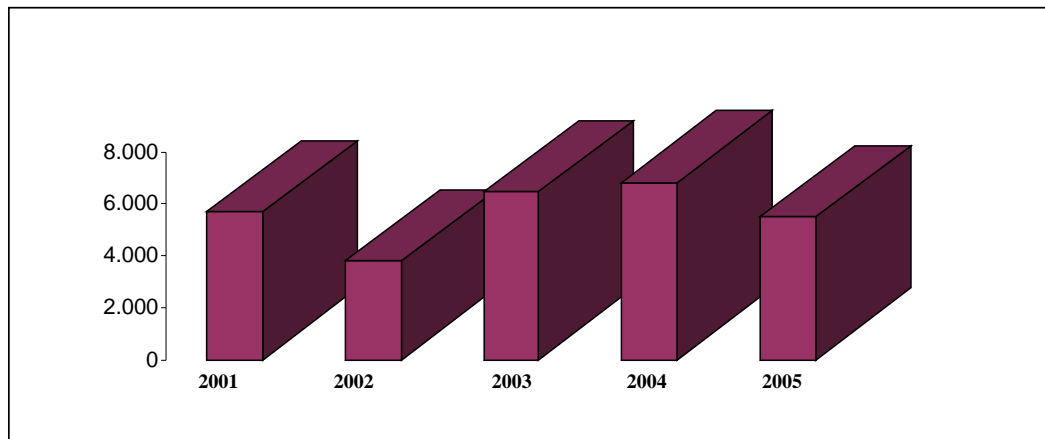


Coruja-buraqueira



As fiscalizações ambientais propiciadas pela Polícia Militar Ambiental nem sempre visam dar atendimento as denúncias, muitas vezes, as fiscalizações são realizadas por estratégia da Instituição, daí porque também são registradas como forma de medição.

Quadro: Operações Policiais



Comentários: Uma das ferramentas que vem se mostrando mais eficaz no combate ao tráfico de animais, depois do atendimento de denúncias, são as Operações Policiais, onde se inserem os bloqueios policiais. O bloqueio é uma ação de polícia que consiste na parada de veículos nas estradas paulistas, principalmente as que fazem divisas com outros Estados da Federação. Imaginava-se que os principais veículos por onde se transportavam animais silvestres eram os ônibus de linha, principalmente oriundos do Norte e Nordeste do país, mas vem sendo observado que as apreensões significativas de animais, aquelas com grande quantidade, estão sendo realizadas em veículos de particulares, normalmente de pequeno porte.

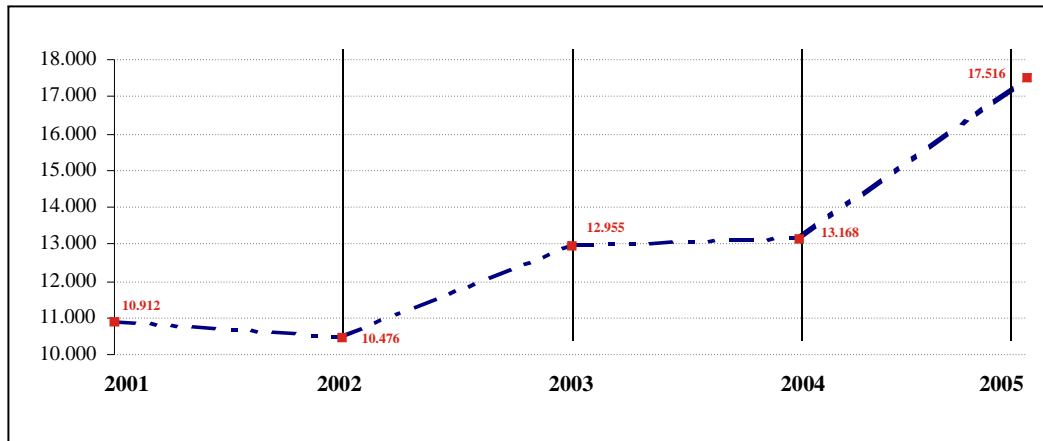
Além dos bloqueios policiais há, nas operações policiais, a fiscalização das chamadas fontes de consumo, que são os restaurantes, abatedouros, criadouros, ou seja, todos os empreendimentos que se utilizem da fauna silvestre para as suas atividades comerciais.

No gráfico acima está demonstrado que a Polícia Militar Ambiental adota essas ferramentas como um importante instrumento, eis que no período foram realizadas 28.326 operações policiais, ou seja, uma média de 5.600 operações/ano.



- Acesso da população à Polícia Militar Ambiental:

Quadro: Atendimento de denúncias



Comentários: Outra ferramenta bastante utilizada pela Polícia Militar Ambiental, que pode ser considerada uma das principais e mais eficazes é o atendimento de denúncias, mesmo as anônimas. Isso em razão das próprias peculiaridades do tráfico dos animais.

Elas são encaminhadas via fax, através de ligação telefônica, correio, e-mail ou realizadas pessoalmente pelo denunciante.



- Capacitação Profissional:

O combate ao tráfico de animais exige conhecimento técnico específico do Policial Militar Ambiental, seja no reconhecimento das espécies de animais da fauna silvestre nacional seja no manuseio e transporte desses animais. Isso porque não raras vezes o animal apreendido permanece nas sedes operacionais da Polícia Militar Ambiental por dias, já que não existem locais de recepção disponíveis. Por isso a Polícia Militar Ambiental propicia para seu efetivo dois cursos, a saber:

1. Curso de Especialização em Policiamento Ambiental para Oficiais e Praças - Possui duração de 30(trinta) dias integrais, com carga horária de quase 300 horas/aula, sendo 50 horas/aula destinadas à legislação de proteção à fauna.

2. Curso de Técnicas de Contenção, Manejo e Transporte de Animais Silvestres - Possui duração de 14(quatorze) dias integrais, com carga horária de 120 horas/aula, sendo totalmente prático e realizado em parceria com diversos zoológicos em todo o Estado de São Paulo.

Além desses dois cursos a Polícia Militar Ambiental está finalizando o “Manual de Fundamentos - Volume Fauna Silvestre Nacional” para ser entregue a cada um dos mais de 2.000 Policiais Militares Ambientais paulistas.

Consiste em um manual de identificação dos animais da fauna silvestre mais apreendidos no Estado de São Paulo. Confeccionado no sistema de fichário, com capa e fichas internas totalmente plastificadas conterá informações que permitirão ao usuário identificar a espécie, sua periculosidade, formas de contenção e manejo, tipo de alimentação e distribuição geográfica, além do status de ameaçado ou não, em qualquer condição de clima e tempo. Uma vez verificada sua adequação às atividades operacionais espera-se realizar distribuição desse Manual às demais Polícias Militares Ambientais do Brasil, de forma a colaborar com o combate ao tráfico de animais nos demais Estados.



- Atividades de Educação Ambiental:

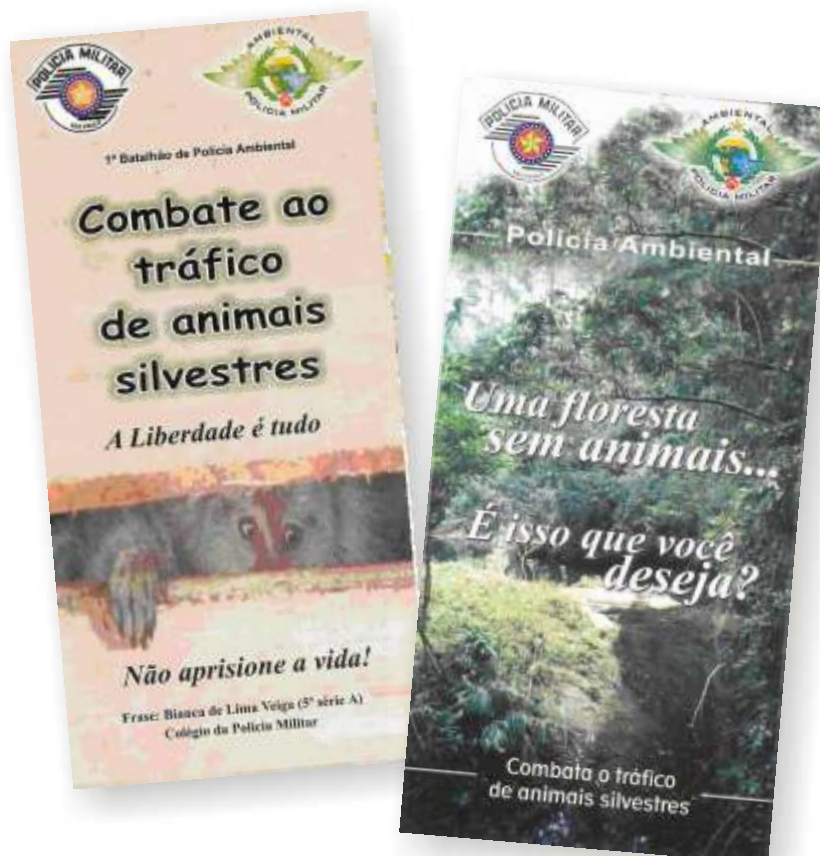
Tão importante quanto às ações de polícia diante das atividades ilícitas envolvendo a fauna silvestre é o desenvolvimento de trabalhos educativos com o fim de esclarecimento da sociedade.

Não se valoriza o desconhecido. As pessoas precisam estar informadas das conseqüências à natureza geradas pelo tráfico de animais silvestres, daí porque a educação ambiental é uma estratégia essencial.



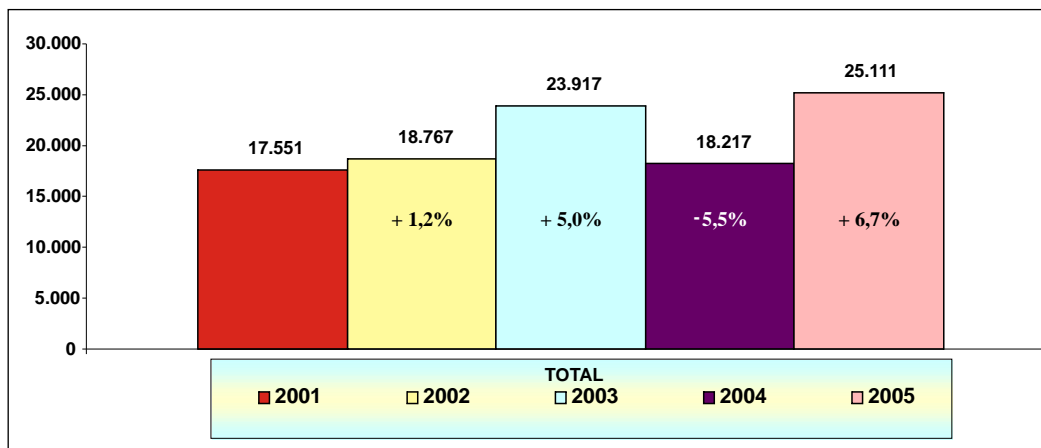
Gato-do-mato pequeno

Nesse sentido a Polícia Militar Ambiental vem desenvolvendo ações de educação ambiental, implementando campanhas específicas junto à rede pública e particular de ensino e associações de classes, atingido uma média de público de 1.100.000 pessoas/ano em todo o Estado. No período de 2001 a 2005 foram contabilizadas 60.897 atividades de educação ambiental. Para as campanhas da Polícia Militar Ambiental normalmente são produzidos cartazes e folders, como os abaixo, contando com a participação de crianças e adultos.



#### DADOS ESTATÍSTICOS - OPERACIONAIS

Quadro: Quantidade de Animais da Fauna Silvestre Apreendidos













Comentário: Os dados relativos ao período de 2000 a 2005 indicam um aumento significativo de apreensões de animais da fauna silvestre pela Polícia Militar Ambiental no Estado de São Paulo. Tais índices foram produzidos em razão de maior participação da sociedade através das denúncias e também por um provável esforço de captura de animais silvestres nos outros Estados da Federação. O ano de 2005 representou o período de maior quantidade de animais da fauna silvestre apreendidos em toda a existência da Polícia Militar Ambiental, o que demonstra seu comprometimento com o combate ao tráfico de animais.





Quadro: As 10 Espécies Mais Apreendidas no Estado de São Paulo

Nome científico e NOME POPULAR		Distribuição	Quant. %
<i>Sicalis flaveola</i> CANÁRIO-DA-TERRA		Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.	20,6%
<i>Sporophila nigricollis</i> COLEIRO-BAIANO		Do sul do Amazonas ao Rio Grande do Sul.	10,0%
<i>Saltator similis</i> PICHARRO		Da Bahia ao Rio Grande do Sul.	5,6%
<i>Zonotrichia capensis</i> TICO-TICO		Em todo o Brasil exceto na Floresta Amazônica.	3,6%
<i>Cyanocopsa brissoni</i> AZULÃO		Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil.	2,6%
<i>Carduelis magellanica</i> PINTASSILGO		Em todo Brasil com exceção do Nordeste e Amazônia.	2,6%
<i>Gnorimopsar chopi</i> PÁSSARO-PRETO		Encontram-se distribuídos por todo Brasil, exceto na região Amazônica.	2,1%
<i>Oryzoborus angolensis</i> CURIO		Em toda costa brasileira principalmente no litoral paulista.	1,9%
<i>Sporophila lineola</i> BIGODINHO		Ocorre em quase todo o Brasil.	1,9%
<i>Paroaria dominicana</i> GALO-DE-CAMPINA		Habita o Brasil central e o nordeste do Brasil.	1,4%

Comentário: Em que pese a existência de apreensões de animais da fauna silvestre também endêmicos ao Estado de São Paulo os dados das ocorrências indicam grande esforço de captura (atos de caça) em outros Estados da Federação, em especial àqueles situados no nordeste e norte do Brasil. Isso porque não raras vezes se apreendem, por exemplo, mais de 400 (quatrocentos) CanáriosdaTerra em uma única ocorrência de transporte irregular (sem origem), o que leva à conclusão de que tais animais não foram, de regra, capturados no Estado de São Paulo.

Esse quadro demonstra que as espécies mais almejadas pelo tráfico são as aves, em especial os passeriformes, já que representam pelo menos 98 % das apreensões no Estado, seguidos dos répteis e mamíferos. Isso porque além de possuir preço menor no mercado negro, em relação aos demais animais, podem ser transportadas em locais pequenos, dissimulados.

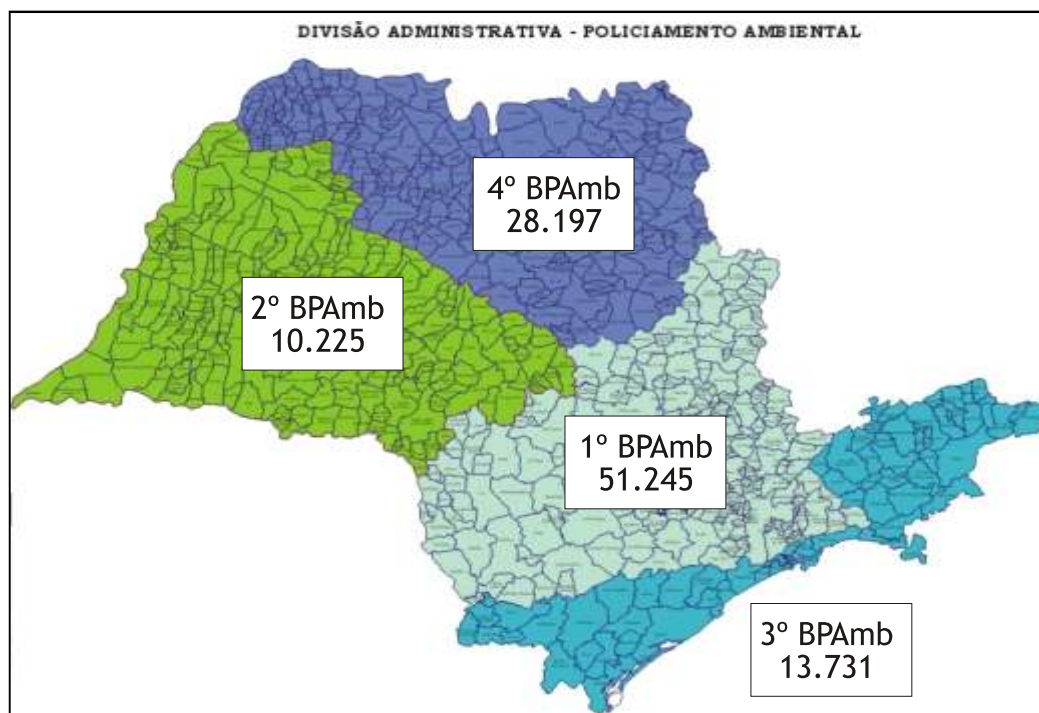


Quadro: Destinação dos Animais Apreendidos 2005

DESTINAÇÃO	QTDE	PERCENTUAL
AUTUADO	5.060	20,1%
CRIADOUROS CONSERVACIONISTAS	2.900	11,5%
PARQUES E ZOOLOGICOS MUNICIPAIS	4.336	17,3%
UNIDADES REGIONAIS DO IBAMA	1.238	4,9%
CENTRO DE TRIAGEM E DE MANEJOS PÚBLICOS	6.983	27,8%
SOLTOS	4.595	18,3%
TOTAL	25.111	100,0%

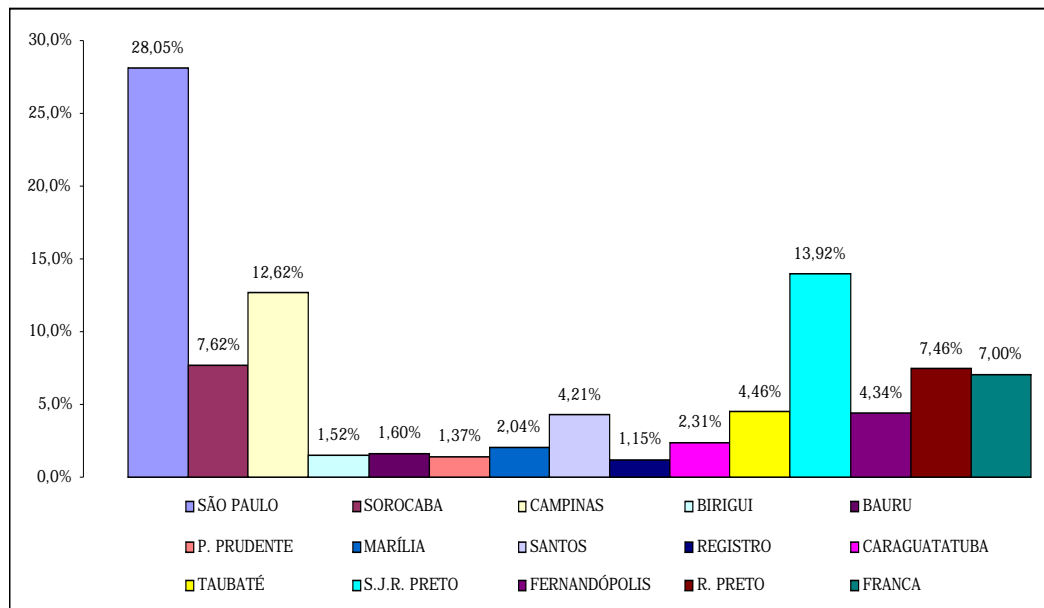
Comentários: O número de espécies apreendidas é bastante expressivo e gera dificuldades para a destinação, uma vez que os órgãos ambientais não possuem centros de recepção, triagem e destinação com capacidade para abrigar e destinar todos os animais apreendidos, assim também como ainda não existem programas específicos de reintrodução e áreas de soltura suficientes. Por isso, conforme o quadro acima, parte dos animais estão permanecendo com seus possuidores por absoluta falta de locais para destinação.

Quadro: Regiões Administrativas com Maiores Apreensões de Animais



Comentários: Os dados de animais silvestres apreendidos na Região Metropolitana da Grande São Paulo e na Região de São José do Rio Preto, ambas consideradas as mais populosas do Estado de São Paulo, apontam para a tendência da existência de maior tráfico nas regiões com maior população. Isso porque as duas regiões são responsáveis por quase 50% dos espécimes apreendidos no quinquênio 2001 - 2005.

Quadro: Comparação com os Demais Municípios

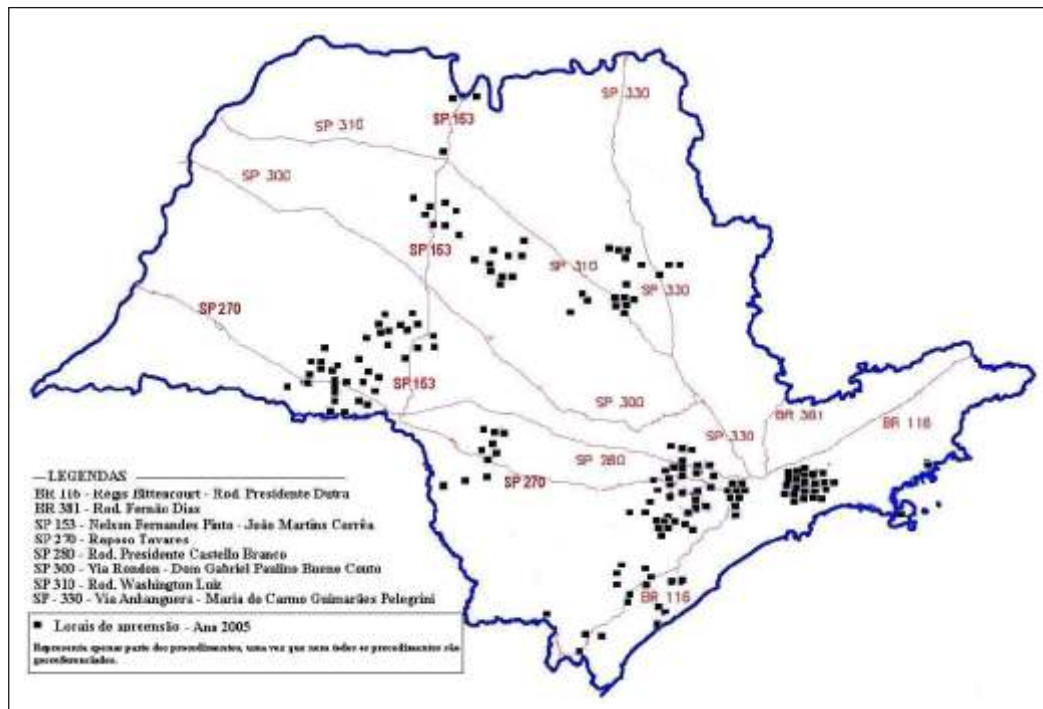


Comentários: A Polícia Militar Ambiental possui sedes de Companhias nos municípios acima, o que permite a comparação com a Região Metropolitana de São Paulo e Região de São José do Rio Preto com as demais do Estado.

Garça



Quadro: Mapa de Tendência



Comentários: O mapa de tendência visa permitir à Polícia Militar Ambiental direcionar suas estratégias de fiscalização. Por isso, contabilizaram-se as ocorrências georeferenciadas, no ano de 2005, plotando suas coordenadas geográficas no mapa acima. Há indicação de que no Estado de São Paulo o maior índice de ocorrências acompanha os eixos das rodovias, sendo as mais frequentes: Rodovias BR 116 (Norte - Sul do Brasil), SP 208 (interior - direção sudoeste) e SP 310 (interior - direção noroeste).



Cateto

#### DIFICULDADES NO COMBATE AO TRÁFICO DE ANIMAIS

Mesmo sendo a Polícia Militar Ambiental de São Paulo um dos Órgãos Públicos no Brasil que mais apreende animais silvestres há diversas dificuldades durante suas atividades fiscalizatórias, das quais se destacam:

##### 1. Junto à população:

- Problema social - Sabe-se que nas principais áreas de captura das espécies mais procuradas pelo tráfico há graves problemas sociais relacionados à inexistência ou insignificância das atividades produtivas.
- Desinformação da população e cultura do animal silvestre de estimação.
- Excesso de animais silvestres nacionais mantidos em cativeiro a título de estimação.
- Estímulo provocado pelo valor dos animais silvestres no mercado negro em relação à pena para o crime contra a fauna silvestre.
- Alto valor dos animais silvestres originários de criadouros legalizados.

##### 2. Junto aos demais Órgãos fiscalizadores:

- Inexistência de um banco de dados nacional sobre infratores ambientais, inclusive para a aplicação de multas com valores diferenciados em razão de reincidência.
- Inexistência de relacionamento formal com o IBAMA para fins de fiscalização das licenças expedidas aos criadouros e zoológicos.
- Inexistência de esforço conjunto entre os Estados com o fim de combater o tráfico de animais.

##### 3. Junto à própria Polícia Militar Ambiental:

- Dificuldade de identificação das espécies.
- Inexistência de locais de recepção de animais apreendidos (zoológicos e criadouros). Muitas vezes os criadouros se negam a receber animais, pois não possuem mais espaço adequado.
- Inexistência de locais de soltura - isso se deve ao fato de que muitos animais apreendidos são endêmicos de outros Estados, e não podem ser soltos no território paulista.
- Dificuldades no controle de documentações expedidas pelo IBAMA, tais quais autorizações para transporte de animais, para criadores de passeriformes etc.



Brejal

#### PROPOSTAS PARA REDUÇÃO DO TRÁFICO DE ANIMAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

- Após as devidas alterações legislativas, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente passar a controlar, através do licenciamento de todas as atividades que utilizem, de qualquer forma, animais silvestres nacionais no Estado de São Paulo, tais quais criadouros, zoológicos etc.
- Criação de centros de recepção, triagem e destinação de animais, distribuídos em todo o território do Estado de São Paulo. Essa medida evitaria os altos índices de mortalidade dos animais apreendidos, eis que eles poderiam receber tratamento médico - veterinário, alimentação e descanso em pouco tempo, evitando-se grandes deslocamentos.
- Interface com os demais Estados da Federação, a fim de criar programas de restituição de animais silvestres apreendidos para seus Estados de origem.
- Transmissão de conhecimento técnico às demais Polícias Militares Ambientais do Brasil, o que poderia ser feito através de intercâmbio com Policiais Militares Ambientais paulistas.
- Campanhas Nacionais sobre o tráfico de animais.
- Campanha de cadastramento nacional de animais silvestres em cativeiro, visando à elaboração de um banco de dados eletrônico que subsidie de informações as atividades de fiscalização e proporcione, até uma data limite, a legalização da fauna mantida cativeiro a título estimação, nos termos do § 2º do art. 29 da Lei Federal n.º 9.606/98.
- Tal campanha deverá ser realizada, em âmbito nacional, com ampla divulgação na mídia em, no mínimo, três fases:

- Cadastramento pelo interessado, via internet, no site do IBAMA com possibilidade de convênios com os Órgãos Estaduais, do animal que mantém nas condições, acima mencionadas (espécie, idade, sexo, veterinário responsável etc.).
- Orientação para que o interessado, num prazo determinado, se dirija ao Escritório Regional do IBAMA, ou do Órgão Estadual conveniado, mais próximo, para que seja produzida alguma forma de controle do animal, a ser futuramente checada pela fiscalização (microchip, por exemplo).
- Fiscalização e apreensão de todos os animais silvestres, mantidos em cativeiro sob o título de estimação que não estejam cadastrados nos Órgãos responsáveis.



João-pinto

## CONCLUSÃO

Os dados estatísticos demonstrados neste relatório de forma transparente apontam o comprometimento do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente - Polícia Militar Ambiental, com o combate ao tráfico de animais silvestres no Estado de São Paulo.

Além disso, o presente relatório também deve ser compreendido como prestação de contas dos trabalhos de preservação ambiental desenvolvidos pela Polícia Militar Ambiental.

## ACESSO DIGITAL PARA COMENTÁRIOS

Todas as informações sobre este relatório ou outras que o acrescentem poderão ser encaminhadas ao e-mail: [cpampb5@polmil.sp.gov.br](mailto:cpampb5@polmil.sp.gov.br)

## CRÉDITOS

Divisão Operacional do Comando da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo.



*Papagaio-moleiro*

Atenção: todas as fotos e conteúdo escrito possuem direitos autorais reservados ao Comando da Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo